

duzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 17 058/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Lourenço Nhinha, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 10 de Maio de 1960, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Agosto de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 20 831/2007

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que o lugar de subdirector regional do Norte se encontra vago;

Considerando as múltiplas atribuições cometidas à Direcção Regional do Norte, é urgente e imprescindível proceder, desde já, à nomeação do respectivo subdirector regional por forma a garantir o bom funcionamento daquela unidade orgânica;

Considerando que o licenciado Jorge Manuel Pinto Ferreira Faustino, inspector do nível 1, preenche os requisitos legais e é detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de subdirector regional do Norte;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o licenciado Jorge Manuel Pinto Ferreira Faustino subdirector regional do Norte, em regime de substituição, com efeitos a partir do próximo dia 5 de Setembro.

24 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Síntese curricular

Jorge Manuel Pinto Ferreira Faustino.

Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (1998).
Inspector do nível 1 da carreira de investigação e fiscalização do SEF.

Inspector responsável do Posto de Fronteira do Aeroporto das Lages (1992-1994).

Representante do SEF na Comissão FAL/SEC Aeroportuária das Lages (1992-1994).

Inspector responsável do Posto de Fronteira do Aeroporto de Faro (1995-1997).

Representante do SEF na Comissão FAL/SEC Aeroportuária de Faro (1995-1997).

Chefe da Delegação Regional de Aveiro (1998-2005).

Representante do SEF na Comissão Distrital de Segurança de Aveiro (1998-2005).

Ministrou as cadeiras de Introdução ao Direito e de Organização de Processos no 4.º Estágio de Ingresso na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF (2000).

Ministrou as cadeiras de Direito de Estrangeiros e de Organização de Processos no 5.º Estágio de Ingresso na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF (2004-2005).

Exerceu funções no Gabinete de Inspecção do SEF (2005-2007).

Chefe da Delegação de Portugal no Grupo de Trabalho Imigração (Afastamentos), no âmbito do Conselho da União Europeia (2.º semestre de 2007).

Curso «Justiça e assuntos internos no âmbito do Tratado de Amesterdão», do INA.

Curso «Direito de asilo», do Conselho Português para os Refugiados.

Curso «Documentação de segurança e fraude documental», do SEF.
Seminário «Tráfico de seres humanos», do SEF, do Ministério da Justiça e do DIAP/Porto.

Representante do SEF em seminários, colóquios e outros *fora*, a nível nacional e internacional.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 20 832/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, com efeitos a 1 de Setembro de 2007, o licenciado José Pedro Serra de Seixas para, no meu Gabinete, prestar colaboração na sua área de especialização.

2 — O nomeado desenvolverá trabalhos de acompanhamento e desenvolvimento da gestão financeira do Ministério da Justiça.

3 — Ao nomeado é atribuída remuneração anual ilíquida correspondente ao estatuto remuneratório de adjunto deste Gabinete, paga em 14 prestações, 12 mensais e 2 abonadas conjuntamente com a prestação mensal de Junho e a prestação mensal de Novembro, respectivamente, acrescida de subsídio de refeição.

4 — A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

8 de Agosto de 2007 — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 20 833/2007

Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Pedro Miguel Magalhães Ribeiro para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete, em regime de requisição, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

16 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 20 834/2007

Considerando a entrada em vigor da nova lei orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril, determinada a sua estrutura nuclear, constante da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e flexível, pelo despacho n.º 11 650/2007, de 22 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de Junho de 2007, proferido ao abrigo do estatuído no artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e na alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dentro dos limites fixados na Portaria n.º 557/2007, de 30 de Abril, importa proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 2.º grau;

Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau são recrutados de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam os requisitos previstos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 7 de Abril, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, designadamente licenciatura e quatro anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreiras para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, com o perfil, experiência, conhecimentos e formação adequados, nos termos dos artigos 11.º e 12.º do mesmo diploma, devendo, aqueles que não sejam possuidores da formação específica prevista naqueles dispositivos legais e na Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro, frequentar o correspondente curso no decurso dos dois primeiros anos de exercício de funções;

Considerando que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, com observância de todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do artigo 27.º do diploma supra-referido, nos casos de impedimento e ausência do titular ou, como se verifica, em caso de vacatura do lugar;

Considerando que o mestre António Manuel Martins Nunes, professor do quadro de zona pedagógica do CAE de entre Douro e Vouga, reúne todas as condições para o exercício das funções, sendo detentor do perfil, da experiência, dos conhecimentos e da formação adequados, como sobressai da súmula curricular em anexo ao presente despacho, porquanto é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, professor do ensino básico e secundário desde 1994-1995, carreira que exige a titularidade de licenciatura, com relevante trabalho de investigação na área do

património histórico do Ministério da Justiça, bem patente na bibliografia publicada:

Nomeio, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º, 12.º, 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 71.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, que republica o Estatuto dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, o professor do quadro de zona pedagógica do CAE de Entre Douro e Vouga, colocado no triénio de 2006-2009, na Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida, em Espinho, mestre António Manuel Martins Nunes para, em regime de substituição e com efeitos a 1 de Setembro de 2007, exercer o cargo de chefe de divisão de Arquivo e Património Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

24 de Agosto de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

- 1 — Identificação:
 - 1.1 — Nome — António Manuel Martins Nunes;
 - 1.2 — Data de nascimento — 14 de Agosto de 1965;
 - 1.3 — Nacionalidade — portuguesa.
- 2 — Habilitações literárias:
 - 2.1 Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1994);
 - 2.2 — Licenciatura em História, ramo de Formação Educacional, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1995);
 - 2.3 — Pós-graduação em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, ramo de Formação Pedagógica, pela Universidade do Minho (1998);
 - 2.4 — Mestre em História das Instituições e Cultura da Época Moderna e Contemporânea, pela Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (1999).
- 3 — Áreas de investigação:
 - 3.1 — A arquitectura judiciária e a arte judiciária como instrumentos de propaganda e de legitimação do Estado Novo;
 - 3.2 — História institucional e patrimonial do Ministério da Justiça;
 - 3.3 — Trajes profissionais, insígnias e cerimonial.
- 4 — Centros de pesquisa:
 - 4.1 — Investigador-colaborador do CEIS20.
- 5 — Percurso profissional:
 - 5.1 — Professor de História do ensino básico e secundário (ano lectivo de 1994-1995 e seguintes).
- 6 — Algumas publicações:

«Subsídio para o estudo genético-evolutivo do hábito talar na Universidade de Coimbra», in *Actas (do) Congresso de História da Universidade. 7.º Centenário*, 3.º vol., Coimbra, 1991;

«Em torno do cerimonial universitário coimbrão. Entre laicização e ressacralização», in *Revista Munda*, n.º 30, Novembro de 1995;

«Repúblicas de Coimbra 1926-1974», in *Suplemento do Dicionário da História de Portugal* (volume de actualização, coordenado por Maria Filomena Mónica e António Barreto);

Justiça, Comunicação Social e Poder, Livros Horizonte, Lisboa, 2000 (em co-autoria com Carla Silveira);

A Espada e a Balança. O Palácio da Justiça de Coimbra, Ministério da Justiça, Lisboa, 2000, 272 pp.;

Sob o Olhar de Témis. Quadros da História do Supremo Tribunal de Justiça, edição do Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa, 2000, 171 pp.;

«A Domus Iustitia de Anadia», in *Aqua Nativa*, n.º 19, Anadia, Dezembro de 2000;

«Camarinha ilustrador do poder judicial», in *Guilherme Camarinha (1912-1994)*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2002 (catálogo da exposição no Museu Nacional de Soares dos Reis em Janeiro-Março de 2003);

Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da Justiça e Arte Judiciária, Coimbra, Minerva Coimbra, Outubro de 2003, 441 pp. (tese de mestrado);

Justiça e Arte. Tribunais Portugueses, Ministério da Justiça, Lisboa, 2003, 131 pp.;

«Falando das salas de audiências. Diz-me onde te sentas...», in *Revista do Ministério Público*, n.º 103, ano 26, Julho-Setembro de 2005.

Despacho (extracto) n.º 20 835/2007

Por meu despacho de 27 de Agosto de 2007, foi a licenciada Hélia Maria de Sousa Alves, técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, escalão 2, índice 415, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nomeada, ao abrigo do disposto nos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com alínea c)

do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, técnica superior principal do mesmo quadro de pessoal, escalão 1, índice 510, com efeitos a 26 de Maio de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Agosto de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extracto) n.º 20 836/2007

Por meu despacho de 13 de Agosto de 2007, foi autorizada a nomeação de Maria Teresa de Araújo Matos, técnica de 1.ª classe, da carreira técnica, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, para a categoria de técnica superior de 2.ª classe estagiária, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir de 18 de Maio de 2007, ficando posicionada no escalão 2, índice 355, do actual sistema retributivo da função pública, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, conforme despacho de 23 de Agosto de 2007. Nos termos da leitura conjugada do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, a nomeação é em comissão de serviço extraordinária pelo período probatório de um ano. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Agosto de 2007. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 20 837/2007

Por despachos de 10 e de 23 de Agosto de 2007, respectivamente da vice-presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, foi autorizada a transferência de Maria Manuela Branco da Cruz Rodrigues, técnica superior de 1.ª classe, escalão 1, índice 460, do quadro de pessoal do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), para o quadro de pessoal da ex-CCRLVT, com igual categoria e escalão, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 4.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do lugar de origem com efeitos a partir da data de assinatura do termo de aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia.)

24 de Agosto de 2007. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 20 838/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, Rita Maria Fonseca Dias Duarte Dá Mesquita do cargo de assessora do meu Gabinete, para o qual foi nomeada pelo despacho n.º 13 988/2005, de 2 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Junho de 2005.

1 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 20 839/2007

O Decreto-Lei n.º 138/2007, de 27 de Abril, aprovou a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação